



ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO R-20

Realizada no dia 07 de março de 2024, em Curitiba-PR.

1 Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta minutos, no Teatro
2 do SESC da Esquina, sito à R. Visconde do Rio Branco, 969 - Mercês, Curitiba - PR, reuniram-se os
3 membros titulares, suplentes e convidados do Grupo R-20, juntamente com representantes da
4 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST, e demais inscritos no evento. O
5 evento iniciou com a apresentação das autoridades presentes, a apresentação da Família ECO -
6 Prefeitura de Campo Largo e a fala de algumas autoridades: Carlos Alberto de Sotti Lopes - Diretor
7 Regional do SESC Aline Albano Justus - Diretora da Escola de Gestão do Paraná/ SEAP Valdemar
8 Bernardo Jorge - Secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável - SEDEST, além da Prefeita
9 Mônica de Itambaracá e do Prefeito Borrazópolis, Dalton Fernandes Moreira . A primeira palestra foi
10 ministrada pelas servidoras Gabrielle Aymeê de Medeiros Khan e Alessandra Carvalho, servidoras da
11 Prefeitura de Campo Largo. Elas abordaram a experiência do Município sobre Educação Ambiental, a
12 criação e utilização dos mascotes Família ECO e o Termo de Referência para licitação do projeto de
13 comunicação que os envolveu. Gabrielle informou que Campo Largo possui 136.327 habitantes. Em
14 2006 começou o serviço de coleta seletiva, tendo como mascote o Reciclão, criado por uma campanha
15 feita junto às escolas municipais. Houve grande investimento em elementos e materiais de
16 comunicação visual para toda a população a partir de então. Em 2014 já havia 4 associações de
17 reciclagem no município, sendo todas fortes e sempre usando muitos materiais impressos de
18 orientação à população sobre logística reversa, compostagem e coleta seletiva. Foram criados
19 indicadores e uma gravimetria para avaliar os resultados dos serviços de educação ambiental, fruto de
20 uma pesquisa científica feita por uma servidora técnica do município. Outros resíduos foram
21 acrescentados às campanhas de educação ambiental depois. Os resultados foram positivos, com a
22 melhora na qualidade de material que chegava nas associações de reciclagem, a procura dos
23 munícipes à prefeitura para tirar dúvidas e o aumento dos resíduos especiais descartados nos pontos
24 de entrega voluntária de logística reversa. Gabrielle reforçou que a gravimetria com regularidade é
25 fundamental para avaliar se as campanhas estão mesmo funcionando e para traçar novas estratégias.
26 Alessandra tomou a palavra e abordou a importância da continuidade da educação ambiental
27 permeando as gestões políticas dos municípios. Isto porque, em Campo Largo, houve um rompimento
28 da comunicação que vinha sendo feita, na troca de gestão política municipal, e ela sabe que
29 infelizmente é fato em outros municípios. A continuidade exige tempo, recursos financeiros e equipe
30 diretamente envolvida ao trabalho. Anos depois, o serviço anterior de comunicação social foi
31 retomado, foi feita uma pesquisa de opinião junto à população e constatou-se que o mascote tinha
32 mercado bastante no passado, mas não fazia mais parte do contexto de então. Constatado isso, foi
33 criada uma lei de patrocínio no município, incluindo itens que a comunicação social precisaria, por
34 exemplo: camisetas, lápis, folders impressos. A prefeitura não teve custos nas campanhas a partir de
35 então. Quem arcou foram as empresas que aderiram ao chamado. Foram rascunhados os layouts da
36 Família Eco para servirem de mascotes, que são: uma composteira (mãe), uma lixeira reciclável (filho
37 maior), uma lixeira para rejeitos (filho menor) e, mais tarde, foi criada uma pilha com seu bonequinho
38 de brinquedo - representando a logística reversa (prima). Cada mascote tem sua personalidade e que
39 leva as pessoas a se identificarem com eles. No início, a campanha foi lançada apenas de forma
40 virtual e usando os comentários das redes sociais como "termômetro". Os nomes dos mascotes foram
41 escolhidos pela população. A partir de então, os mascotes foram incluídos nos layouts dos caminhões
42 de coleta e notou-se que foi criado um vínculo com as crianças e os adultos. Os bonecos, então,
43 foram confeccionados e passaram a interagir com as pessoas em eventos presenciais. O Município de
44 Campo Largo pediu ao programa Plug para que fizessem uma reportagem com a Família Eco e foram
45 atendidos. Esta ação trouxe mais visibilidade da campanha e do município. A Família Eco participou,
46 inclusive, de outros serviços municipais, como na capa do carnê do IPTU. Os servidores municipais
47 responsáveis pelo projeto da Família Eco pensaram em várias formas de dar e renovar a visibilidade
48 aos mascotes, para que sempre houvesse novidades e tudo registrado com sucesso nas redes sociais.
49 O lançamento da pilha, por exemplo, foi feita com sua chegada de avião no aeroporto particular de
50 Campo Largo, que entrou como parceiro na ação. Os 4 mascotes também desejam boas férias à
51 população, boa viagem, dão parabéns a municípios vizinhos que fazem aniversário e se manifestam
52 em outras datas e eventos, marcando presença em outras campanhas que não falam diretamente de



53 resíduos. Agora estão participando da campanha contra a dengue. Resultados: a marca ficou
54 consolidada junto à população, há empatia com os coletores, aumentou a coleta de resíduos.
55 Alessandra concluiu a palestra deixando a mensagem: "Independente das dificuldades, continue a
56 nadar". A segunda palestra foi ministrada por Mariza Cleonice Pissinati, servidora da Prefeitura de
57 Londrina. Ela abordou a experiência do Município sobre o Programa Municipal de Educação Ambiental
58 em Resíduos Sólidos contido no Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos –
59 PMGIRS. Mariza informou que o Ministério Público do Paraná e a SEDEST irão lançar, em maio, o
60 Termo de Referência para o Programa Municipal de Educação Ambiental em Resíduos Sólidos que
61 todos os municípios deverão elaborar e implementar, caso não tenham no PMGIRS ou no Plano
62 Municipal de Educação Ambiental. Disse que mesmo que o município já tenha o Programa, talvez
63 precise incorporar itens que o TR vai apresentar. Mariza explicou que o PMGIRS de Londrina foi
64 elaborado por uma equipe formalizada de servidores municipais e que este é um dos programas
65 criados e que têm sido implementados por outra equipe formalizada de servidores municipais, por
66 meio dos subgrupos temáticos. Mariza mostrou fotos dos projetos desenvolvidos em Londrina, dentro
67 do Programa. Informou que o Plano Municipal de Educação Ambiental de Londrina está em
68 elaboração e que talvez seja possível incorporar nele itens do TR do MPPR/SEDEST que faltam no
69 PMGIRS. Depois abordou os tópicos que devem constar no Programa, dentro das etapas de
70 diagnóstico, prognóstico, planos de ação e execução. A terceira palestra foi ministrada por Angela
71 Luzia Borges de Meira, da Prefeitura de Foz do Iguaçu, Agenor Wagner da Silva (operacionalização de
72 aterro) e Walter Plácido (tecnologia de osmose reversa). Eles relataram o caso do encerramento do
73 antigo lixão, a operacionalização de Aterro Sanitário e Tratamento de Chorume por meio de Osmose
74 Reversa, no Município de Foz do Iguaçu. Angela relatou o histórico da gestão de resíduos de Foz do
75 Iguaçu, que possui 285 mil habitantes, dando um atendimento de 2 milhões de pessoas/ ano. Até
76 2011 o município usava um lixão. Em 2002 foi feito o aterro e o primeiro contrato de concessão, bem
77 como a formalização e o início da coleta seletiva. Em 2013 foi feito um contrato de concessão para
78 tratamento de chorume do aterro. Em 2017 foi feito um diagnóstico da gestão municipal de resíduos
79 recicláveis e dali foram criadas as ações para aprimorar o serviço. Em 2021 começaram a gestão de
80 resíduos inertes e outras cooperativas de reciclagem foram formalizadas para integrar o serviço
81 municipal de coleta seletiva. Em 2022 foram instalados 30 biodigestores em unidades de ensino e
82 prédios públicos, com sucesso até hoje. Em educação ambiental, procuram não gerar resíduos com
83 panfletos e outros materiais impressos. Trabalham nos meios de ensino formal e não formal. Agenor
84 tomou a palavra e expos sobre a operação do aterro sanitário de Foz do Iguaçu e a tecnologia de
85 osmose reversa por membranas, para tratamento do chorume. Disse que foram 53 mil m³ de chorume
86 tratados em 2023. Apresentou um vídeo sobre o serviço da osmose reversa. Walter tomou a palavra e
87 falou sobre o custo do tratamento por osmose reversa, defendendo que vale a pena porque é o custo
88 evitado referente à gestão do aterro, reduzindo os custos da gestão total dos resíduos. Colocou todas
89 as vantagens da tecnologia e a importância de tratar o chorume. A quarta palestra foi ministrada por
90 Nelson Brito Guimarães, da SEDEST. Ele falou sobre o Novo Marco Regulatório do Saneamento. O
91 Paraná já se destaca no Brasil com relação à gestão regionalizada de resíduos, em consórcios, e às
92 discussões e busca de soluções como Estado, por meio do Grupo R-20. Disse que a Sanepar já vem
93 buscando parcerias público-privadas para universalizar a oferta de serviços de saneamento ambiental
94 a todos os públicos, nos municípios que ela atende. Informou que não há resolução da SEDEST sobre
95 tratamento de chorume; só a respeito da gestão de aterros. A taxa de coleta de lixo não aplicada é
96 considerada renúncia de receita. Municípios de maior população podem ter sucesso com um aterro
97 próprio, porém para municípios pequenos é mais viável a adesão a um coletivo, ou seja, consórcio.
98 Houve intervalo para almoço e depois prosseguiu-se a programação do evento. A quinta palestra foi
99 ministrada por Filipe Mendes Dalboni e Jonar Johannes Roth, da Diretoria de Economia Sustentável –
100 SEDEST. Eles apresentaram um Painel de Informações sobre Resíduos Sólidos Urbanos e a Plataforma
101 Contabilizando Resíduos (Módulo RSU e Logística Reversa). Filipe falou sobre a gestão de dados de
102 resíduos sólidos urbanos – RSU do painel e da plataforma. Disse que o Estado busca pela meta Zero
103 Lixões, conhecendo os desafios enfrentados pelos municípios. Informou que a SEDEST enviou 2
104 formulários para os municípios preencherem: um sobre a gestão de RSU e outro sobre a gestão de
105 resíduos recicláveis. Filipe disse que alguns municípios enviaram 2 respostas diferentes para o mesmo
106 formulário, o que gerou dúvidas na equipe da SEDEST. Depois informou que foi montado um painel
107 de indicadores de RSU com os dados coletados. A partir dos dados, a equipe está identificando
108 padrões para poder criar estratégias de auxílio aos municípios que apresentam maiores problemas. O



GRUPO R-20

GESTÃO ASSOCIADA DOS MUNICÍPIOS
PARANAENSES NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA
NACIONAL E ESTADUAL DE RESÍDUOS
Decreto Estadual n.º 8656/2013; Resolução SEMA n.º 070/2015



109 SNIS mostra que o Paraná está caminhando bem, quando comparado aos outros Estados do Brasil,
110 em quantidade de municípios que preenchem a plataforma e na própria gestão de seus resíduos.
111 Frisou que os municípios precisam preencher a Plataforma Contabilizando Resíduos (esfera estadual),
112 independente do preenchimento do SNIS (esfera nacional), pois não há vínculo entre ambos. O prazo
113 para preenchimento da Plataforma Contabilizando Resíduos é até 31/03, mas foi solicitada a
114 prorrogação de prazo para o preenchimento do módulo de RSU e estão aguardando a resposta. Jonar
115 falou sobre o uso dos dados da Plataforma Contabilizando Resíduos para planejamento por parte da
116 SEDEST. Informou que o Sistema Estadual de Informações sobre Logística Reversa é o módulo da
117 Plataforma que deve ser preenchido pelas empresas fabricantes de produtos que geram resíduos pós
118 consumo e pelas entidades gestoras. Neste módulo, receberam 42 Planos de Logística Reversa.
119 Avanços e desafios: aplicação de resoluções e instrumentos, atualização do modelo paranaense:
120 haverá revisão da regulamentação estadual, priorização de sistemas estruturantes, modernização da
121 Plataforma, haverá prorrogação de prazos. Jonar falou que todos os municípios devem ter seus
122 representantes cadastrados novamente a cada ano. Para este ano, a SEDEST pede para aguardar um
123 pouco. A sexta palestra foi ministrada por Amanda Vieira Queiroz Schneider e Manuela Santos
124 Barbosa (IBER – Instituto Brasileiro de Energia Renovável). Elas discutiram sobre o plano e o
125 relatório de logística reversa de baterias chumbo-ácido do IBER com os dados dos serviços prestados
126 no Paraná. Amanda disse que este Estado tem tido destaque na LR de baterias chumbo ácido no
127 contexto nacional. Falou sobre o Programa Educamos para Reciclar, que contém: selo IBER,
128 campanhas de coleta, material escolar para ensino fundamental II, concurso escolar, e-learning.
129 Amanda disse que o Comitê de Acompanhamento de Performance – CAP, composto por IBER,
130 SEDEST e IAT, foi criado em 2023, com Termo de Compromisso e Regimento Interno. O IBER notou
131 que muitas empresas estão com suas licenças vencidas e pediu ajuda para que os órgãos ambientais
132 tomem providências a respeito. A priori, 14 municípios do Paraná deveriam notificar 25 fabricantes de
133 baterias e o IBER vem acompanhando os resultados e tentando tirar as dúvidas de fabricantes e
134 municípios. 8 municípios enviaram os ofícios e 19 empresas enviaram respostas, sendo que 14
135 empresas fizeram cadastro na Plataforma Contabilizando Resíduos. Mariza Pissinati, de Londrina,
136 pediu a palavra e comentou sobre a existência da Associação Brasileira de Energia Sustentável –
137 ABES, que algumas empresas têm respondido ser associada a ela e que muitos municípios estão com
138 dúvidas a respeito. Nilson, representante da ABES, estava presente no auditório e Amanda o chamou
139 à frente. Amanda explicou o histórico do IBER, disse que 21 critérios devem ser atendidos pelas
140 empresas para a logística reversa individual e coletiva de baterias chumbo ácido e que o IBER está
141 totalmente regularizado para atender-las nesses critérios. Nilson tomou a palavra e falou que 44
142 fabricantes do Paraná são associados à ABES, sendo todos de pequeno porte, e que a associação
143 também está auxiliando-as a se regularizarem no sistema de LR do Paraná. Amanda informou que a
144 comprovação no sistema de LR não é mais autodeclaratória, mas sim por nota fiscal. A sétima
145 palestra foi ministrada por Rosângela Silva Santos e Marcio Porto Adri, da Reciclus. Ela abordou o
146 plano e o relatório de logística reversa de lâmpadas fluorescentes com enfoque na implementação de
147 PEVs da Reciclus nos municípios. Rosângela explicou como o sistema operacional de coleta de
148 lâmpadas funciona nos municípios e disse que a entidade atua em 601 municípios brasileiros. Disse
149 que concluiu a ação do Termo de Compromisso assinado com a SEDEST, ou seja, a coleta de passivos
150 nos municípios paranaenses foi encerrada e declarada concluída na semana passada, onde 1,4 milhão
151 de lâmpadas foi recolhido de 223 municípios do Paraná. Marcio falou que a alternativa para os
152 municípios que não foram atendidos é fazer campanhas / eventos locais e pontuais, solicitando a
153 presença da Reciclus para coleta com pelo menos 30 dias de antecedência. Os pontos de coleta estão
154 sendo instalados em todos os municípios do Paraná. Até o momento 144 municípios têm pontos
155 instalados e a Reciclus pede ajuda aos municípios para convencer os comerciantes a receberem os
156 pontos em seus estabelecimentos. O site www.prailuminar.org.br foi criado exclusivamente para
157 atender o Estado do Paraná. Marcio informou que a Reciclus investe bastante na divulgação do
158 sistema de LR da Reciclus à população no Brasil. O Secretário Executivo do R-20, Marcos Chaves,
159 tomou a palavra e orientou os municípios a comunicarem a população sobre a existência dos PEV's da
160 Reciclus. Rosângela disse que a informação para os municípios está disponível no site e a
161 comunicação com a Reciclus pode ser feita a qualquer momento, que eles sempre respondem. A
162 oitava palestra foi ministrada por Alexandre Cesar Galana Junior, Paulo Augusto Walter Zapelini
163 (YATTÓ) e Walquiria Menna Brusamolín (SEDEST). Eles discutiram sobre o caso do Município de
164 Campo Largo sobre os resíduos de BOPP, plásticos de difícil reciclabilidade e sobre a Recomendação



165 Administrativa MPPR. Walquiria apresentou o projeto piloto realizado em Campo Largo junto à Yattó.
166 Disse que quando um município fizer termo de referência para gestão de algum tipo de resíduo,
167 sempre deve consultar e alinhar com o Plano Estadual e o Plano Nacional de Resíduos Sólidos - PERS
168 e PLANARES. Campo Largo fez a gravimetria na coleta seletiva e encontrou um volume muito grande
169 de plásticos flexíveis – BOPP. Entraram em contato com a Yattó, conseguiram fazer a parceria para o
170 recolhimento e em conjunto têm feito a destinação desses resíduos para a reciclagem. Segundo
171 Walquiria, o Ministério Público mostrou preocupação com os plásticos flexíveis gerados no Paraná e
172 então ela conversou com a Yattó para estender o projeto de Campo Largo a outros municípios.
173 Walquiria disse que, além de Campo Largo, os municípios de Londrina, Maringá e Marechal Cândido
174 Rondon, por meio de associações e cooperativas, dispõem de embalagens flexíveis para a Yattó e que
175 todos eles devem disponibilizar o quantitativo de materiais recicláveis destinados às associações e
176 cooperativas no período de 2023 para que se chegue à porcentagem de BOPP presente na amostra
177 global. Campo Largo já realizou esse estudo e de todo material reciclável destinado às associações de
178 catadores, 7 a 8% são formados pelo BOPP, representando uma boa fração dos recicláveis e
179 impactando diretamente na renda dos catadores. Os municípios supracitados, por meio das
180 associações e cooperativas, deverão realizar mapeamento dos principais fabricantes de embalagens
181 (detentores de marca). Ou seja, as embalagens que forem destinadas às associações e cooperativas
182 serão fotografadas e será informado à SEDEST o nome das marcas que aparecem nos produtos
183 descartados.” Alexandre tomou a palavra e apresentou os serviços prestados pela empresa na cadeia
184 da economia circular. O Projeto “Yattó Transforma” é voltado exclusivamente aos BOPP. Engajam as
185 empresas no elo sustentabilidade, comunicação e técnico, contribuindo para que elas tenham dados
186 sistematizados para prestação de contas. Paulo falou sobre as visitas técnicas às associações e
187 cooperativas de reciclagem para identificar os resíduos que passam pelas esteiras e o fluxo
188 operacional dali para a frente. Apresentou os produtos que resultam da reciclagem de BOPP: mesas,
189 telhas, floreiras, etc. A nona palestra foi ministrada por Julio Martins, da RECICLANIP. Ele falou sobre
190 o Plano e Relatório de Logística Reversa de Pneus Inservíveis. Falou sobre o histórico da Reciclanip,
191 empresas associadas, responsabilidade compartilhada, evolução do número de pontos de coleta,
192 plataforma de coleta, destinação de pneus inservíveis, metas dos fabricantes nacionais e importadores
193 (esses detêm passivos ambientais). Explanou sobre a operação realizada no Paraná e que o programa
194 atende 100% dos municípios. A décima palestra foi ministrada por Amir Hernandez Musleh, do
195 Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – inpEV. Ele abordou o Plano e o Relatório
196 de Logística Reversa de embalagens vazias de agrotóxicos do Instituto Nacional de Processamento de
197 Embalagens Vazias – inpEV. Segundo Amir, há centrais e postos de recebimento de embalagens em
198 todos os estados do Brasil. Ele explicou como funciona o sistema de circulação das embalagens
199 vazias, desde a tríplice lavagem até a produção de artefatos feitos com esses resíduos. O inpEV tem
200 canais de comunicação próprios, na internet, onde a população pode buscar mais informações, além
201 de participação em eventos e uma programação extensa no Dia Nacional do Campo Limpo
202 (anualmente, realizada no dia 18/08). O Programa de Educação Ambiental do inpEV é voltado para
203 escolas de ensino fundamental I e capacitação de professores no modo online. Se a embalagem não
204 tiver a tríplice lavagem, tem que ser encaminhada para a incineração, o que não é interessante. Na
205 sequência, procedeu-se às deliberações da 18ª Reunião Ordinária do Grupo R-20, por Marcos José
206 Chaves, Mariza Cleonice Pissinati e Mônica Cristina Zambon Holzmann, da Secretaria Executiva do R-
207 20, juntamente com Walquiria Menna Brusamolin, da SEDEST. Tratou-se o seguinte: a) Todos os
208 municípios devem regularizar seus representantes por ofício; b) Municípios que tem fabricantes de
209 baterias chumbo ácido e ainda não os notificaram, receberão notificações do Grupo R-20 para cumprir
210 a tarefa; c) todos os municípios devem implementar seus PEVs de lâmpadas e eletroeletrônicos
211 inservíveis, talvez acionando a associação comercial local para conseguir um comerciante e informar o
212 município; d) a próxima reunião do R-20 terá programação ligada aos temas da Operação Percola,
213 havendo a possibilidade de realizar no Município de Guarapuava ou outro município que queira sediar,
214 e com data prevista para 28/05, pois é a única disponível pelo Secretário da SEDEST; e) Possibilidade
215 de criar uma marca para o Grupo R-20, tentando um patrocínio do Governo do Estado para fazer os
216 materiais, e usá-la para fazer campanhas de educação ambiental em todo o Estado do Paraná; f)
217 Município que já tiver ou puder fazer a estimativa de resíduos de BOPP que chegam nas
218 associações/cooperativas de reciclagem, favor enviar oficialmente para o Marcos Chaves ou para a
219 SEDEST; g) Sobre a Norma Regulamentadora nº 38 – Ofício n. 1086/2023-GS/SEDEST, protocolo
220 211869615. E-Protocolo 21.725.464-7 - Ofício nº SEI 7090/24 MTE - do Ministério do Trabalho e



GRUPO R-20

GESTÃO ASSOCIADA DOS MUNICÍPIOS
PARANAENSES NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA
NACIONAL E ESTADUAL DE RESÍDUOS
Decreto Estadual n.º 8656/2013; Resolução SEMA n.º 070/2015



221 Emprego, a SEDEST recebeu a resposta de que a norma não tem mais possibilidade administrativa de
222 ser revista, então cada município deve fazer seu estudo técnico de impacto, sendo que a SEDEST vai
223 enviar uma orientação depois, para receber os relatórios; h) Todas as regiões do Grupo R-20 devem
224 fazer suas reuniões regionais e a SEDEST fará o possível para estar presente em todas; i) Todos os
225 municípios devem providenciar o preenchimento dos sistemas: Contabilizando Resíduos, SINISA,
226 SINIR; j) Denise Godoi, da SEDEST, falou sobre o Ofício Circular nº 02/2024- GS/SEDEST - Reunião
227 Intersetorial de Controle da Dengue – Período epidemiológico 2023-2024 e entrega de Ecobags e
228 panfletos; ela falou também do Projeto SEDA, da Secretaria Estadual de Saúde, sobre casos da
229 doença esporotricose, provocado por fungos e sobre o perigo à saúde das carcaças de animais que
230 são destinadas diretamente na natureza, havendo necessidade de correta destinação dessas carcaças.
231 l) Flávia Sottomaior tomou a palavra e falou sobre o Programa Composta Paraná, que consiste em
232 pátios de compostagem municipais e redução de impacto nas mudanças climáticas; ela disse que o
233 Programa começou por Curitiba e que maio é o mês da compostagem, então a Rede Lixo Zero está
234 preparando a Capacitação Lixo Zero que será realizada em Curitiba, na Escola de Sustentabilidade,
235 para todos os interessados, em 06/04/2024; acrescentou que deverá ser criado um comitê
236 intersetorial de compostagem e que os municípios que quiserem participar deverão vir para o Fórum
237 que será realizado no dia 10/maio, em Curitiba; m) A Secretaria Executiva do Grupo R-20 e a SEDEST
238 fizeram a proposta de realizar 2 dias de encontro nas próximas reuniões, inserindo oficinas e visitas
239 técnicas um dia antes ou depois da plenária; n) Sugestão de discutir valores de comercialização dos
240 resíduos em plenária, considerando contato de municípios com entidades gestoras e envio de
241 números para elas, considerando que a SEDEST está recebendo e analisando os Planos de LR das
242 mesmas e considerando que as entidades gestoras precisam assinar convênios com as cooperativas /
243 associações e talvez com os municípios, para garantir a continuidade da comercialização,
244 considerando que os contatos das entidades gestoras estão na página da SEDEST; o) Melhorar a
245 pauta das reuniões do R-20 para ter mais tempo de deliberações. A reunião foi encerrada às 18h e
246 eu, Mariza Cleonice Pissinati, do Município de Londrina/PR, lavrei a ata.